



15/01/2026

Número: **0600003-36.2026.6.27.0000**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Gabinete Jurista 1 (I) - Rodrigo de Meneses dos Santos**

Última distribuição : **14/01/2026**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
44 UNIAO BRASIL- ORGAO PROVISORIO ESTADUAL DO TOCANTINS (REPRESENTANTE)	
	LEANDRO MANZANO SORROCHE (ADVOGADO)
ATAIDES DE OLIVEIRA (REPRESENTADO)	

Outros participantes	
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10211795	15/01/2026 15:02	Decisão	Decisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

REPRESENTAÇÃO (11541) - Processo nº 0600003-36.2026.6.27.0000 - Palmas - TOCANTINS

RELATOR: RODRIGO DE MENESES DOS SANTOS

REPRESENTANTE: 44 UNIÃO BRASIL - ÓRGÃO PROVISÓRIO ESTADUAL DO TOCANTINS

Advogado da REPRESENTANTE: LEANDRO MANZANO SORROCHE - TO4792-A

REPRESENTADO: ATAÍDES DE OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de Representação Eleitoral com pedido de tutela de urgência ajuizada pelo UNIÃO BRASIL – DIRETÓRIO ESTADUAL DO TOCANTINS, por meio da Petição Inicial de ID 10211596, em face de ATAÍDES DE OLIVEIRA, imputando-lhe a prática de propaganda eleitoral antecipada positiva.

Narra a inicial que o Representado publicou um vídeo em seu perfil na rede social Instagram (@ataides.oliveira), cuja materialidade foi preservada através de Ata Notarial contida no relatório de certificação digital Verifact (ID 10211599), em que a gravação (ID 10211600) traz o seguinte discurso visando o pleito vindouro:

*"Mas eu acredito nessa mudança. E o nosso nome está colocado aí para 26. E peço, pesquise a nossa vida. Se tiver alguma coisa errada, **não vota também em mim**".*

O Representante sustenta que a expressão configura pedido explícito de voto pela lógica *a contrario sensu*, induzindo o eleitor à conclusão de que, inexistindo erro ("coisa errada"), o voto deve ser conferido ao candidato representado.



Outrossim, alega violação à paridade de armas, dado ao alcance do perfil que conta com mais de 42 mil seguidores (quarenta e dois mil seguidores).

Argumenta, ainda, que o discurso não é um ato isolado, mas parte de uma estratégia deliberada de pré-campanha agressiva, em que menciona representação anterior (nº 0600217-61.2025.6.27.0000) por propaganda negativa contra outros pré-candidatos.

Requer, liminarmente, a remoção do conteúdo hospedado na URL indicada no Instagram e em qualquer outra plataforma, sob pena de multa diária sugerida de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e, no mérito, a aplicação de multa no patamar máximo.

É o sucinto mas suficiente relatório. Decido.

A concessão de tutela de urgência demanda a presença concomitante da probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*), nos moldes do art. 300 do CPC.

A legislação eleitoral, por força do art. 36-A da Lei nº 9.504/97, não admite, no período prévio à campanha, a realização de pedido explícito ou implícito de voto, por caracterizar propaganda eleitoral antecipada.

O Tribunal Superior Eleitoral já consolidou que tal pedido não se restringe à literalidade da frase "*vote em mim*", podendo ser inferido através de palavras e expressões que transmitam o mesmo conteúdo semântico - *magic words* (Resolução nº 23.610/2019 (art. 3º-A, parágrafo único).

No caso em tela, conforme transcrição constante na exordial (ID 10211596) e corroborada pela degravação (ID 10211600), o Representado afirmou: "*Se tiver alguma coisa errada, não vota também em mim*".

Essa construção retórica enquadra-se no conceito de pedido explícito *a contrario sensu*, pois ao condicionar e restringir o "*não voto*" apenas à hipótese acerca da existência de "erro", compreendido, semanticamente, à presença de elementos que o vinculem ou circulem em sua órbita pessoal ou profissional que desbordem do conceito de homem probó, honesto, o pré-candidato emite, logicamente, o comando oposto para a situação de normalidade, qual seja, o pedido de voto.

A jurisprudência da Corte Superior Eleitoral reconhece que tais construções mentais e verbalizadas bem articuladas não afastam a ilicitude quando o sentido do pedido é inequívoco.

Nesse sentido, impõe-se destacar que a expressão, mesmo que utilizada pela via inversa, pode configurar o ilícito, conforme recente entendimento do TSE:

"A jurisprudência do TSE é pacífica no sentido de que a propaganda eleitoral antecipada prevista no art. 36-A da Lei n. 9.504/1997 pode se caracterizar pela utilização de expressões que contenham o mesmo sentido do pedido explícito de voto. Incidência do verbete n. 30 da Súmula do TSE." (TSE - RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 060023677, Acórdão, Relator(a) Min. Nunes Marques, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 19/12/2025).

Portanto, a fala do Representado, ao vincular seu nome ao pleito de "26" e utilizar o verbo



"votar" de forma imperativa, ultrapassa a mera promoção pessoal permitida, evidenciando a probabilidade do direito alegado.

O *periculum in mora* fica demonstrado pela permanência do vídeo em rede social de amplo alcance, como já mencionado acima. Explico.

O relatório técnico Verifact (ID 10211599) e a consulta ao perfil no Instagram evidencia que a publicação permanece ativa e disponível para mais de 42 mil seguidores, conferindo-lhe ampla capacidade de difusão e acesso por número indeterminado de eleitores.

Frise-se ainda que em perfis abertos, como o ora analisado, possuem um alcance ainda maior perante o algoritmo da plataforma, tendo em vista que podem ser disponibilizado para outros usuários não seguidores.

Com efeito, a continuidade dessa exposição reforça a propagação do conteúdo irregular, afeta a paridade de armas no período pré-eleitoral e compromete a eficácia de eventual decisão posterior, cuja utilidade ficaria reduzida caso o ilícito perdure.

Ante o exposto, presentes os requisitos legais, confiro a liminar pleiteada, *inaudita altera pars*, e determino que o Representado, ATAÍDES DE OLIVEIRA:

1. REMOVA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a publicação veiculada no link <https://www.instagram.com/p/DTfp6bdkYjy/>, bem como eventuais repostagens do mesmo conteúdo em outras redes sob sua administração;
2. Para o caso de descumprimento desta ordem, fixo multa diária (*astreintes*) no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), até o limite de R\$ 20.000,00, sem prejuízo de outras sanções legais e criminais (art. 347 do Código Eleitoral).

Por fim, cite-se o Representado para, querendo, apresentar defesa no prazo de 2 (dois) dias, nos termos do art. 18 da Resolução TSE nº 23.608/2019.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Eleitoral para parecer em 1 (um) dia.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se com urgência.

Palmas, data e horário pelo sistema.

RODRIGO DE MENESES DOS SANTOS

Relator

